

SALVAGUARDA DA TRADIÇÃO DOS DOCES COLONIAIS DA ANTIGA PELOTAS – MORRO REDONDO/RS

GIANE TROVO BELMONTE¹; FRANCISCA FERREIRA MICHELON²

¹Universidade Federal de Pelotas – gicabelmonte@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar o projeto de dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), que tem seus estudos voltados à ações de salvaguarda das Tradições do Doce Colonial da Antiga Pelotas reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) e se preocupa em pesquisar estratégias voltadas a preservação e divulgação desta tradição a partir de um inventário junto as famílias produtoras dos doces coloniais de Morro Redondo/RS. A pesquisa está vinculada ao projeto Gestão Integrada do Patrimônio Cultural de Morro Redondo (GIPC), parceria do polo da CATEDRA UNESCO, Instituto Politecnico Tomar, de Portugal, UFPEL, UCPEL, prefeitura de Morro Redondo e sua comunidade através de associações e grupos de moradores e envolve a linha de pesquisa Memória e Identidade.

Com o reconhecimento das tradições doceiras da Antiga Pelotas como Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) e sua inscrição no Livro de Registro dos Saberes no ano de 2018, “que em excelente momento o Iphan decidiu registrar como Patrimônio Cultural do Brasil” (SCHLEE 2019, p.35) esse bem passa ter o direito de ser protegido, tanto pelo poder público quanto pela coletividade, como Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme a Constituição Federal no art. 216 § 1º o qual assegura que:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Faz-se saber que o bem cultural de um povo é tudo aquilo que é construído, vivido e guardado por um grupo. É tudo o que há de essencial para que sejam garantidas suas histórias, suas memórias, sua identidade de maneira que “o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado” (CANDAU, 2021, p.159). Por isso a preocupação em salvaguardar esse patrimônio é a garantia que a sociedade tem de exercer seus direitos culturais e de considerá-los como “um investimento identitário a ser transmitido” (CANDAU 2021, p.159).

Segundo a UNESCO o PCI deve ser fundamentalmente salvaguardado por meio da criatividade e da atuação dos agentes das comunidades que o produzem e mantêm, visto a sua importância na preservação das tradições daquele grupo, que devem ser realizados através da garantia de seus significados, dando condições de capacitação e desenvolvimento de habilidades que envolvam sua criação na transmissão dos saberes patrimonializados.

A agência ainda defende que a perda do patrimônio cultural imaterial só pode ser evitada garantindo-se que os significados, as condições capacitadoras e as habilidades envolvidas em sua criação, promulgação e transmissão possam ser reproduzidos e que qualquer instrumento que lide com o patrimônio cultural

intangível irá facilitar, encorajar e proteger o direito e a capacidade das comunidades de continuar a promulgar seu patrimônio cultural intangível por meio do desenvolvimento de suas próprias abordagens para gerenciá-lo e mantê-lo. Além disso o compartilhamento da cultura e o diálogo cultural podem promover uma maior criatividade geral, desde que o reconhecimento e as trocas equitativas sejam garantidas (UNESCO).

As representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica conduz, muito facilmente, a tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento da “terra natal” [...] ou no território nacional. (CANDAU 2021, p.161).

A proteção desse bem se dá através de diferentes ações que têm como base a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo 22/2006 e promulgada por meio do Decreto 5.753/06 que visam seu cuidado e preservação.

As ações de salvaguarda, recomendadas para a proteção das tradições doceiras da Antiga Pelotas estão discriminadas no inventário de registros, documento esse que sustenta o título de PCI a essas tradições. Essas recomendações são provenientes de recorrências observadas durante estudos realizados que caracterizam as tradições dos doces coloniais com base nas trajetórias descritas durante a realização da pesquisa para o Inventário Nacional Reconhecimento Cultural - INRC. Entre essas reincidências, se destaca os saberes compartilhados entre grupos de pessoas, a transmissão do saber-fazer doceiro pela experiência acumulada durante os anos e a relação com a memória identitária e familiar.

A partir dessas recomendações e tomando como base uma das diretrizes da convenção da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, que visa garantir a atualização regular dos inventários nacionais, observou-se a necessidade da realização de um inventário mais detalhado no que tange a identificação das famílias doceiras e suas tradições.

Este projeto objetiva inventariar as famílias detentoras deste patrimônio cultural e tem como propósito elaborar ações que irão salvaguardar e promover a manutenção do saber-fazer das tradições doceiras da cidade de Morro Redondo/RS.

2. METODOLOGIA

O estudo proposto tem suas premissas baseadas no contexto social, com a visão voltada a vitalidade da existência humana, das relações entre os sujeitos e deles com o coletivo, das suas vivências, seus aprendizados e ensinamentos que o ciclo da vida é capaz de proporcionar à todo ser vivo. Este projeto tem sua abordagem com base nos princípios de uma pesquisa qualitativa que, conforme afirma Minayo, et al (2016),

ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com os seus semelhantes. (MINAYO, et al , 2016.p.20)

Para compreender melhor as relações, os valores, as atitudes, as crenças, os hábitos, as representações e interpretá-los a partir desse conjunto de métodos fenomenológicos humanos gerados socialmente (MINAYO, et AL 2016, p.23 apud

MINAYO, 2012) será utilizada a entrevista qualitativa como a principal técnica de coleta de dados. Esta atividade tem como objetivo compreender os participantes em seus próprios termos e como eles dão sentido as suas próprias vidas, experiências e processos cognitivos (BRENER apud YIN, 2016, p.120) é uma técnica utilizada para representar um mundo social complexo da perspectiva de um participante (YIN, 2016, p.120) atendendo uma meta fundamental da pesquisa qualitativa visando a interação social, se utilizando de diálogos em busca de informações, relatos, histórias e memórias. Essa técnica permite ao entrevistado uma maior liberdade de expressão de seus pensamentos e sentimentos e ao pesquisador, a partir das respostas do entrevistado, *“vai elaborando suas indagações em construção conjunta. Assim, vai-se esgotando o que se queria saber sobre a temática, sempre na perspectiva de responder aos objetivos.”* (LIRA 2014, p.27).

A população que se pretende pesquisar são as famílias produtoras dos doces coloniais, residentes nas colônias da cidade de Morro Redondo e a amostragem será na sua totalidade, *“baseando-se nas premissas de que todos elementos da população têm a mesma chance de serem selecionados para compor a amostra.”* (GIL 2021, p.103).

Como parte desta amostragem estarão as famílias, oriundas do universo anteriormente pesquisado, que compõem o INRC da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas e que objetivou a certificação do doce colonial como PCI, além das famílias conhecidas pelos grupos locais e/ou por ter a prática da produção doceira conhecida na comunidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos estudos propostos pretende-se elaborar ações junto à comunidade e ao poder público que somada a outras venham a constituir uma política municipal de salvaguarda da tradição do doce colonial que, a partir do inventário das famílias doceiras, possa ter desdobramentos que impliquem em reconhecimento, divulgação e reforço dos agentes diretos da transmissão deste saber fazer doceiro.

Apenas o inventário não costuma operar como um ativador patrimonial, no entanto, ao fornecer os subsídios necessários para a identificação e consequente reconhecimento público dos agentes da tradição, passa a ter valor como uma fonte para outras ações.

Entende-se, portanto, que o principal resultado desta pesquisa seja a identificação destes agentes, a descrição do seu papel de transmissor da tradição e a proposição de um formato público e permanente deste reconhecimento.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa além de se propor a praticar um exercício de estudo e aprendizado, também colabora com o desenvolvimento regional, com a valorização das famílias e o seu dia a dia, dando maior visibilidade e legitimidade aos fazeres e sabers, que ficam muitas vezes escondidos, gerando reflexos na economia e nas questões sociais. O papel desta pesquisa também é de reforçar o conceito de uma gestão cultural integrada, capaz de articular os vários agentes em um entendimento, que passa a ser o reconhecimento de valores particulares de um território.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Acessado em 23 jul. 2021. Online. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2021.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Paris, Presses Universitaires de France, 1968. Tradução Laurent Léon Schaffter (1990).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (RS)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1767/>. Acesso em 22 jul. 2021.

MINAYO, M.C.S (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SCHLEE, A. R. Conjunto histórico de Pelotas como Patrimônio Nacional. In. MICHELON, F. F. (Org.). **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2019.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 17 out. de 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. Acessado em 23 jul. 2021. Online. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016